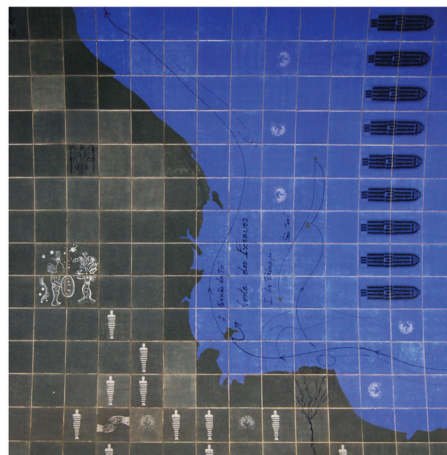


PRÁTICAS DA HISTÓRIA

JOURNAL ON THEORY, HISTORIOGRAPHY,
AND USES OF THE PAST

N.º 8 - 2019



Vitorino Magalhães Godinho e a questão da escravatura

Diogo Ramada Curto

Práticas da História, n.º 8 (2019): 258-272

www.praticasdahistoria.pt

Vitorino Magalhães Godinho e a questão da escravatura

Diogo Ramada Curto*

No centenário de Vitorino Magalhães Godinho, é natural derrapar no elogio fácil ou, no extremo oposto, na contestação deste ou daquele argumento. Confesso que, durante os meus anos de aprendizagem junto do mestre, sempre preferi o caminho da frontal provocação. Bastava, é claro, referir, à sua frente, alguns nomes e, a partir deles, evocar os seus respectivos programas, para suscitar a discussão. Assim acontecia, sobretudo, com um conjunto de intelectuais franceses, a começar por Claude Lévi-Strauss, Michel Foucault, Pierre Bourdieu ou o mais jovem, à época, Roger Chartier. Qualquer um destes autores pôs em causa as análises estruturais e o projecto de uma história total, tal como foram propostos por Lucien Febvre e Fernand Braudel, que Magalhães Godinho adoptara como guias das suas investigações, ainda antes de partir para França. Considerando, note-se bem, ter sido discípulo do primeiro e colega do segundo, como várias vezes nos repetiu.

Repare-se, também, que a reacção a tais provocações nada tinha de novo. Em 1968 – quase dez anos decorridos desde que defendera o seu Doutoramento de Estado na Sorbonne, na situação em que se encontrava fora da universidade portuguesa por ter sido demitido pela segunda vez, por razões de perseguição política – escrevera, contra os que punham em causa o seu projecto de fazer história: “Discuta-se

* Diogo Ramada Curto (dcur@fcsh.unl.pt). Instituto de Política e Relações Internacionais (IPRI), NOVA FCSH. Rua de D. Estefânia, 195 - 5^oD, 1000-155, Lisboa, Portugal.

Lévi-Strauss, Barthes, tudo quanto se queira: mas faça-se a análise estrutural da nossa sociedade, da nossa economia, das nossas maneiras de sentir, pensar e de nos comportarmos”¹. De qualquer modo, será inútil vir agora a terreiro para reconstituir o sentido de tais provocações – tão escusado quanto o exercício mais ou menos hagiográfico que consistiria em lhe fazer o elogio – e repetir a classificação das suas acções, distribuídas pela investigação, o ensino e a intervenção cívica.

O exercício que me proponho realizar é de um outro teor. Ou seja, não se trata nem de elogiar o mestre a quem tantos, nos quais me incluo, são devedores de muitas lições acerca da maneira de fazer história, e não só, também acções de vida e de consciência cívica; nem de uma provocação baseada num confronto, tal como todos os que lhe fomos próximos tentámos fazer, numa espécie de luta de gerações. O objectivo deste exercício, assumidamente de carácter analítico, consiste em procurar situar a relevância da escravatura ou, mais precisamente, da mão-de-obra e do tráfico de escravos no interior da obra de Magalhães Godinho. O problema colocado por uma análise deste tipo – e que, por isso mesmo, servirá de fio condutor – diz respeito ao peso atribuído à escravatura, no interior de um processo mais vasto de expansão e de construção de um império colonial.

Definido o objectivo e formulado o problema, mesmo que de forma sumária, será necessário começar por enunciar alguns obstáculos. A primeira barreira diz respeito ao facto de este exercício se mostrar contrário à preocupação englobante, orientada sobretudo para a percepção das grandes estruturas, que percorre toda a obra de Magalhães Godinho. Ao particularizar um único aspecto, o da escravatura, não estaremos a ir no sentido contrário ao da intencionalidade do mestre? Ora, no decurso da própria análise, julgo que será possível demonstrar que a questão da mão-de-obra e do tráfico de escravos está por todo o lado, sendo difícil de acantonar numa outra gaveta, devido ao facto de manter relações constantes com as mais diversas estruturas económicas e sociais. Aliás,

1 Vitorino Magalhães Godinho, *Ensaios. Sobre História de Portugal*, vol. 1 (Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1968), xi.

a preocupação em perceber conjuntos, denominados “complexos histórico-geográficos”, a uma escala macro e nos diversos ritmos temporais, a começar pela longa duração, correspondeu, no trabalho de Magalhães Godinho, a outros esforços que se afiguraram constantes.

Antes de mais, refiro-me às sucessivas tentativas de elaboração de planos, arrumados sempre em função da apreensão de estruturas dinâmicas, e destinados a responder a ideias de conjunto. Nesta sequência, repare-se no facto de a obra de Godinho ser atravessada por constantes reformulações, revisões e aperfeiçoamentos. Os quatro volumes de *Ensaio*s, a que se seguiram dois de *Estudos e Ensaio*s. A nova terceira parte que a primeira edição em português de *Os Descobrimentos e a Economia Mundial* acrescentou à edição francesa (havendo uma quarta parte relativa aos aspectos culturais que chegou a ser pensada, mas que não se concretizou). As quatro edições de *Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa*, com uma última em 1980 e que não voltou a ser publicada, livro que resultou de um “trabalho analítico” mais vasto, inicialmente concebido como *Estrutura e Conjuntura da Economia Portuguesa, Séculos XV-XIX*, em vários volumes, nos quais se tratariam, “sempre que possível estatisticamente, as finanças públicas, os movimentos de preços e comerciais, as viragens estruturais e suas relações com a política económica, algumas ideologias, a textura das relações fundamentais da sociedade”². A composição de *Mito e Mercadoria, Utopia e Prática de Navegar*, que aproveita e reorganiza textos publicados anteriormente.

Em todas essas obras prevalece a ideia de um plano de conjunto, acompanhado pela sua permanente revisão e melhoramento. Depois, na organização de todos esses planos e abordagens de conjunto, Godinho explicitou as suas filiações intelectuais, tal como sucedeu em relação a Sérgio, Cortesão, Veiga Simões ou Duarte Leite, ou como teve o cuidado de fazer em relação aos referidos historiadores franceses e a outros que tanto presava, como todos os que praticaram uma história económica fundada na reconstituição de séries de preços (Hamilton, Labrousse,

2 Vitorino Magalhães Godinho, entrevista conduzida por António Borges Coelho, *Seara Nova* 1480 (Fevereiro 1969): 56.

Meuvret, etc.)³. Fê-lo, estou convencido, de forma militante, tal como se através de tais referências ficasse assinalada a sua inserção numa espécie de trabalho colectivo que tanto presava. Por último, o estudo das estruturas incluía uma particular atenção aos ritmos temporais que se sobrepunham: do tempo longo e das curvas de preços à necessidade de estabelecer periodizações e assinalar mudanças, das inércias associadas a arcaísmos e persistências do Antigo Regime a uma constante atenção aos factores de modernização.

Um primeiro momento da história económica e social

Dois livros iniciais balizam um primeiro momento de construção de uma obra, correspondendo a sua feitura ao período anterior à partida para França: *A Expansão Quatrocentista Portuguesa: Problemas das origens e da linha de evolução* (Lisboa: Empresa Contemporânea de Edições, 1944) e *História Económica e Social da Expansão Portuguesa*, t.^o I (Lisboa: Terra Editora, 1947). Através dessas duas obras, será possível reconstituir meia dúzia de directrizes de um programa de investigação que começava a ser cumprido: (i) em primeiro lugar, pretendia-se fazer uma história económico-social do processo da expansão europeia e das grandes transformações que provocara, sem com isso descurar o ponto de vista dos próprios europeus; (ii) em segundo lugar, impunha-se estudar, também na perspectiva económico-social, os continentes não europeus até à expansão europeia, tomando em linha de conta o “ponto de vista dos indígenas com que os europeus contactaram”⁴; (iii) em

3 *Idem*, *Introdução à História Económica* (Lisboa: Livros Horizonte, 1970), 185. Tentativas de organização de tais listas de autores, que indicam inserção e gosto pelo trabalho colectivo, são extensivas à historiografia brasileira, conforme se pode ver em *Idem*, *Ensaio*, vol. I, 289.

4 *Idem*, *História Económica e Social da Expansão Portuguesa*, t.^o I (Lisboa: Terra Editora, 1947), 10. Um dos pontos mais altos da atenção dada por Godinho à relevância das sociedades e economias não europeias encontra-se, mais tarde, na explicação acerca da crise do ouro da Mina e da Guiné, quando pôs a tónica não tanto na concorrência europeia pelos mercados africanos, mas nos conflitos que dividiam os comerciantes magrebinos dos negros que procuravam controlar os mercados sahelianos, mas não contavam com o apoio do império sonrhai do Gao; era neste quadro que os portugueses viam a sua influência diminuir, pois “a presença xerifiana em Tombuctu e em Gao, um império estendendo-se do Mediterrâneo às margens do Senegal e do Níger, que sombria ameaça não representava para as feitorias e resgates portugueses no litoral atlântico!”. *Idem*, *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*, vol. 1 (Lisboa: Arcádia, 1963-1965), 193-202, *maxime* 201.

qualquer destes casos, existe uma preocupação pelas fontes – muitas delas a dormir “o sono dos arquivos, praticamente inacessíveis a quem se aventura a querer ascender a uma visão de conjunto”⁵ – conforme já começara a demonstrar com a publicação dos *Documentos sobre a Expansão Portuguesa* (Lisboa: Gleba, 1943, 1945, 1956); (iv) depois, haveria que considerar tanto uma preocupação pela história de Portugal, a começar pelas suas estruturas económicas, a desenvolver sempre a par de uma outra respeitante à história universal; (v) bem como uma directriz mais interdisciplinar, segundo a qual seria preciso articular a história económica e social com a aprendizagem da economia e da sociologia, isto é, trata-se de defender a todo o custo o projecto de uma “historiografia com fundo sociológico”, uma “historiografia de base sociológica, porque científica”⁶; (vi) uma última directriz assume a forma de combate e de crítica, incluindo a denúncia frontal, tantas vezes desqualificada através da sua redução ao gosto pela polémica.

Exemplo de uma atitude militante de combate por uma história preocupada em compreender os grandes conjuntos da história universal e, por isso mesmo, capaz de criticar as perspectivas mais míopes encontra-se, por exemplo, no prefácio que Godinho escreveu para a *História Económica da Grécia*, de Gustavo Glotz (1946; intitulada em francês *Le Travail en Grèce: histoire économique de la Grèce*, Paris: Félix Alcan, 1920), bem como nalgumas das notas à tradução portuguesa de Gordon Childe, *O Homem Faz-se a Si Próprio* (1947), ambas as obras integradas na série “A Marcha da Humanidade” das Edições Cosmos⁷.

5 *Idem, ibidem*, 10-11.

6 Vitorino Magalhães Godinho, *Comemorações e História (A Descoberta da Guiné)* (Lisboa: Seara Nova, 1947), 50-51.

7 Gordon Childe, *O Homem Faz-se a Si Próprio: o progresso da Humanidade desde as suas origens até ao fim do Império Romano*, trad. e notas de Vitorino Magalhães Godinho e Jorge Borges de Macedo (Lisboa: Cosmos, 1947), 170 [No qual, em nota, Godinho opõe, à interpretação do autor acerca da escravatura, uma ideia sugerida por Jacques Pirenne]. Pela mesma época, Antonino de Sousa e Flausino Torres fizeram um uso extenso das obras de Glotz, nomeadamente no seu livro intitulado *Primeiro Império Comercial*, vol. I – *Evolução Política e Social* (Lisboa: Empresa Contemporânea de Edições, 1946), 207-08. Quatro aspectos desta última obra afiguram-se relevantes, aproximando-se de algumas das preocupações de Magalhães Godinho: (i) a emigração para as colónias gregas tinha como motivos capitais razões de natureza económica, *idem*, 43; (ii) a expansão colonial vai a par com a “formação de uma classe de mercadores”, *idem*, 49, 62-63; (iii) esta última entra em conflito com a “aristocracia agrária”, tendo em vista decidir a direcção da sociedade, *idem*, 49, 201; (iv) uma sociedade mais comer-

No interior das tentativas destinadas a dar a conhecer os caminhos de uma história universal, para assim quebrar com o provincianismo de uma história nacional, multiplicavam-se os quadros de conjunto.

O tratamento da escravatura, enquanto mercadoria associada a formas de exploração económica e social, impunha-se⁸. E não adiantava escamotear estas mesmas realidades, para continuar a alimentar mitos de celebração dos heróis. Talvez, por isso mesmo, com o propósito claro de desfazer tais mitos, num texto que tem mais o formato de um manifesto sobre as Comemorações da Descoberta da Guiné, contra Avelino Teixeira da Mota, Godinho recorreu a uma linguagem bem directa, pelo menos em duas passagens para sustentar que não mais seria possível repetir as histórias fantasiosas de um infante D. Henrique caracterizado por um quadro tão simples, de luta pela Fé e pelo sonho de dar novos mundos ao mundo, pois uns “impertinentes [entre os quais Godinho se incluía, ao lado de Duarte Leite, lembraram-se] de estudar as fontes em vez de se masturbar em glórias”; ou, mais adiante, desferindo contra os mitos alimentados pelo mesmo Teixeira da Mota, “E que treta é essa do bom tratamento dos escravos!”⁹.

Flausino Torres escreveu, então, uma das críticas mais duras de uma obra de Magalhães Godinho. A respeito da *História Económica e Social da Expansão Portuguesa*, t.º 1.º (Lisboa: Terra Editora, 1947), considera que dois dos seus propósitos não são alcançados: por um lado, o europocentrismo não é banido do estudo sobre Marrocos, porque apenas se atende ao modo como os europeus exploraram e dominaram outras sociedades; por outro lado, porque a intenção de se passar da descrição à explicação não é alcançada, porque não se explica a relação entre as classes sociais e a sua mentalidade, nem se procura entender o modo como esses grupos sociais se escalonam ou se foram sobrepondo na hierarquia social da época. Mais concretamente, acusa Flausino

cial e rica favorece a democracia, conforme se comprovava através do exemplo da Grécia Antiga e do século XX, “é o que sucede tanto na democracia comercial grega como nas democracias capitalistas do século XX”, *idem*, 65.

8 Vitorino Magalhães Godinho, *A Expansão Quatrocentista Portuguesa: Problemas das origens e da linha de evolução* (Lisboa: Empresa Contemporânea de Edições, 1944), 113-14.

9 Godinho, *Comemorações e história*.

Torres, não se expõe “a situação do escravo e da mulher” e nada diz acerca da “vida social dos trabalhadores, além da referência apressada à organização dos moços de fretes de Fez”¹⁰. Como interpretar o aze-dume desta crítica, proferida por parte de quem tinha ingressado no Partido Comunista Português e andava na órbita de Bento de Jesus Caraça? Mera dissensão de um comunista em relação a quem o não era? Manifestação de rivalidade no seio de um círculo intelectual ligado à Cosmos, onde Godinho acabou por desempenhar o papel de sucessor?

O certo é que, na década de 1950, a presença de Godinho em França e o seu labor como historiador do Império português decorreram a par das lutas anticoloniais, organizadas a partir de França, da Grã-Bretanha e dos Estados Unidos. Por exemplo, em 1955, na revista *Présence Africaine*, Mário Pinto de Andrade, sob o pseudónimo de Buanga Fele, escreveu um importante artigo no qual criticou a ideologia colonial portuguesa do luso-tropicalismo. Considerou-a uma impostura. No seu entender, Gilberto Freyre baseara-se numa “falsa interpretação da génese da expansão marítima portuguesa”, e a ela contrapôs precisamente a visão fornecida por Magalhães Godinho, quando este escreveu: “Os portugueses construíram no século XVI um Império comercial cuja alma eram as especiarias; a sua razão a pirataria e o saque; os seus nervos os canhões”¹¹.

As duas edições de Os Descobrimentos e a Economia Mundial

Tendo defendido a sua tese em 1959, Magalhães Godinho ensinou entre 1960 e 1962 na antiga Escola Colonial, integrada na Universidade Técnica em Setembro de 1961. Foi demitido por ter apoiado o movimento estudantil e ter denunciado, pela sua incompetência, o mentor

10 Flausino Torres, recensão de Vitorino Magalhães Godinho, *História Económica e Social da Expansão Portuguesa*, t.º 1.º (Lisboa: Terra Editora, 1947), *Seara Nova* I, fasc. II (Junho 1948): 112-14.

11 Mário Pinto de Andrade, “Qu’est que c’est le Luso-Tropicalisme?”, *Présence Africaine* 4 (1955): 24-25 [tradução portuguesa “O que é o Lusotropicalismo?”, in Aquino de Bragança e Immanuel Wallerstein, *Quem é o Inimigo?*, vol. I (Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1978), 225-33].

da referida escola, Adriano Moreira, que servia então como Ministro do Ultramar, durante o período em que Manuel Lopes de Almeida era Ministro da Educação. Depois, Godinho viveu, durante quase uma década, do seu trabalho como autor e das suas colaborações em diferentes projectos editoriais. As duas edições da tese defendida inicialmente em francês e publicada com o título *L'Économie de l'Empire Portugais aux XVe et XVIe siècles* (Paris: S.E.V.P.E.N, 1969) e, em português, com um enorme aparato gráfico e em grande formato, *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*, 2 vols. (Lisboa: Arcádia, 1963-1965, 1971) têm uma enorme diferença, a qual tem sido pouco ou nada notada. É que a edição francesa é composta por duas partes: a primeira sobre a moeda e as economias monetárias e pré-monetárias; a segunda respeitante ao comércio das especiarias. Enquanto a edição portuguesa surgiu acrescentada de uma terceira parte intitulada “Economia de subsistência e mão-de-obra”.

Vale a pena debruçarmo-nos sobre as três partes que compõem a edição portuguesa e procurar compreender a organização da terceira e última à luz de um diálogo – para não dizer mais propriamente de um confronto – com o primeiro volume, entretanto publicado, de Fernand Braudel, *Civilisation Matérielle et Capitalisme* (Paris: Armand Colin, 1967)¹². Tomemos a questão da escravatura africana como fio condutor, pois ela surge desenvolvida, na primeira parte, a respeito dos mercados sudaneses do ouro e resgates da Guiné: “No Rio Senegal – por exemplo – o resgate do ouro nunca foi muito importante, ao invés do que se deu com a escravatura”¹³. Mas é sobretudo na terceira parte que a escravatura ocupa um papel central. Ela está presente na análise da fazenda e do engenho, a respeito da produção do açúcar, e a obra encerra com um capítulo que lhe é inteiramente dedicado. Trata-se de compreender uma economia de subsistência no confronto tanto com inovações técnicas, como de novos produtos destinados ao mercado. Melhor, o mercado impõe-se às economias de mera subsistência, a partir de um conjunto

12 Citado por V. M. Godinho, *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*, vol. 2, 420.

13 *Idem, ibidem*, vol. 1, p. 167.

de produtos com os seus próprios mercados: é o pão de mar que desafia essa “constante da economia portuguesa” que é “a escassez do pão”, são os circuitos do trigo marroquino a começar pela abastecimento das praças portuguesas, são as inovações conseguidas pela viagem de algumas plantas, a começar pelo milho, e são os grandes produtos da economia atlântica – o açúcar, a pesca, o sal e o mercado da mão-de-obra, sobretudo os escravos.

A questão da escravatura é tratada no seu conjunto. Godinho começa por distinguir áreas de assalto, de resgate ou mercados em três diferentes áreas, ou melhor, três complexos histórico-geográficos distintos: das Canárias à Guiné, da Serra Leoa ao Benim, e depois de Angola ao Brasil. Para depois se ocupar do movimento do tráfico, nas suas grandes séries, relacionadas com as condições de transporte. Ao que acrescentou as relações de utilização e de poder suscitadas pela escravatura, bem como a análise do seu regime jurídico, das ideologias correspondentes e da situação real da vida do escravo. Trata-se, pois, de um tratamento da escravatura que vai do rés-do-solo do tráfico à análise das ideologias da sua justificação. A escravatura assumiu, então, os contornos de um facto social total, sendo possível e necessário aplicar ao seu estudo a preocupação de a estudar no seu conjunto.

Para além de ser tomada como unidade de análise, a escravatura, mais concretamente, o tráfico de escravos fez parte integrante da conclusão, na qual o autor procurou formular três argumentos de carácter mais geral. O primeiro diz respeito à caracterização do processo de expansão dos séculos XV e XVI, o qual consistiu fundamentalmente em trocas que são “por essência desiguais”, são estas que geram uma “comercialização do globo”, logo uma acumulação de capital e lucros ao longo dos séculos XV e XVI. Ou seja, o que está no centro de um tal processo são “relações que uma ou mais economias dinâmicas e com força tecem com economias não só estacionárias e menos desenvolvidas, como ainda estruturalmente diversas”. No caso português, um dos exemplos apresentados, para demonstrar que se trata de uma economia em expansão, é o da compra de escravos. Estes eram comprados com artefactos de cobre e latão alemães, por tecidos magrebins ou indianos, mas o certo é que a economia

em expansão tinha as suas próprias indústrias, ou seja, o sal, o açúcar, a olaria e os têxteis. À superioridade económica, soma-se o facto de a economia em expansão dispor de uma força guerreira com capacidade para impor tratados, abrir mercados, criar novas formas de transacção e até de trabalho. Porém, o recurso à violência, mais concretamente, à “apropriação violenta” chega até a ser matizado, por só ter existido em certas fases iniciais. Isto porque o que é determinante são as referidas trocas desiguais. E, mais uma vez, o exemplo esclarecedor encontra-se na escravatura: “A produção nas economias expansivas, por mão-de-obra que é integralmente mercadoria e nada mais – por escravos cuja perda só importa pelo custo de substituição – cria um sobrevalor que não é criado onde apenas trabalha a mão-de-obra livre contra salário, conquanto esse sobrevalor vá geralmente para o mercador do produto de preferência a enriquecer o próprio produtor”¹⁴.

Uma segunda conclusão diz respeito aos limites que se impõem a esse processo de comercialização ou mercantilização. Tal como se um processo que é essencialmente de modernização económica tivesse de contar com travões, resistências sociais ou entrasse em contradição com uma mentalidade mais arcaizante. Nas palavras de Godinho é a “mercantilização que não consegue romper com a cruzada”. Por um lado, os “cavaleiros cobiçosos” não se transformaram em “mercadores esforçados”. Por outro lado, a concentração, nos aspectos práticos do processo da mercancia, tal como no da navegação, “impediu o aparente desvio teórico que aumentaria a eficácia prática”. Em Gil Vicente e António Ferreira encontram-se algumas das representações desse processo de recusa do novo, do capitalismo nascente, bem como o refúgio compensatório no elogio dos “feitos heroicos de tão justas guerras”. Enquanto, mais tarde, Frei Amador Arrais, embora considerasse ser justa a guerra contra os Mouros, sublinhou os aspectos “perniciosos da escravidão para o Reino (escravidão que é fruto da expansão)”, para além de se colocarem limites à dispersão e ampliação excessiva do império, numa crítica que seguia ideias de Botero¹⁵.

14 *Idem, ibidem*, 608.

15 *Idem, ibidem*, 608-10.

Uma terceira e última conclusão identifica as “contradições e limitações institucionais e na prática”. Muitas delas são imperceptíveis, pois derivam do “soco amplo da sociedade em que tais super-estruturas assentam”. Conjugam-se, aqui, diversos elementos que são muito familiares aos leitores de Magalhães Godinho. A comercialização depende em parte de um Estado-mercantil ou alfandegário, como sustenta noutros lugares, atravessado por uma ideologia antimercantil, posta ao serviço de grupos nobiliárquico-eclesiásticos “que não sabem ceder ante os mercadores empreendedores”. Oscilando entre o regime de monopólio e a abertura do comércio, o certo é que a hipertrofia do Estado se constitui num obstáculo à formação de companhias por acções. Depois, a acumulação de capital, a renda, é consumida pelos padrões de consumo dos referidos sectores nobiliárquico-eclesiásticos, que esmagam a população agrícola e oficial, sem com isto se chegar ao investimento reprodutivo. Existe uma outra forma de o Estado mostrar a sua hipertrofia, uma vez que o seu funcionamento participa de “quadros mentais congelados e fortemente repressivos”¹⁶.

Nesta última conclusão, ao contrário do que sucedeu nas duas anteriores, o caso da escravatura está subentendido, por representar uma forma extrema de desigualdade só possível de sustentar em situações onde a dominação se faz sentir. Expressão por excelência de uma profunda desigualdade, insista-se, a escravatura volta a estar presente de forma implícita nas últimas linhas da obra, quando Godinho sustenta que “a comercialização [...] dos séculos XV e XVI gerou uma economia e uma sociedade que se auto-bloqueou em linhas rígidas, de maneira tal que não conseguiu posteriormente industrializar-se nem aceder ao universo da ciência e da cidadania”. É a crítica à sociedade capitalista que só foi possível graças ao aproveitamento de uma extrema desigualdade, sustentada por situações de dominação. Ao publicar estas conclusões em 1971, terminando o seu livro com um capítulo dedicado à escravatura, Godinho criticava abertamente aqueles que continuavam a manter sonhos de manutenção de um império. É que, afinal, esse mesmo

16 *Idem, ibidem*, 609-10.

império, construção política que era parte de um processo mais geral de expansão capitalista, que se aproveitava e ao mesmo tempo gerava estruturas de desigualdade, tinha impedido ou bloqueado a modernização. Esta surge, por último, representada pela racionalidade científica e pelo acesso à cidadania¹⁷.

A Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa

A primeira edição de *A Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa* foi publicada em 1971, ano em que ficou completo o segundo volume da edição portuguesa de *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*. Na sua base estavam alguns artigos publicados no *Diário de Lisboa*, num período compreendido entre Dezembro de 1967 e Maio do ano seguinte, mais outros de Julho de 1970 (estes últimos resultaram de uma conferência que, fez questão em explicitar, tinha proferido no Colégio Moderno). Toda essa década de 1960, depois de ter sido demitido em 1962 da Universidade Técnica, até à partida para a Universidade de Clermont-Ferrand, no início da década de 1970, tinha sido dedicada a um vasto trabalho editorial. Modo de subsistência forçado ou, pelo menos, sem alternativas, os direitos de autor – provenientes da publicação de obras na Sá da Costa, de traduções e de colecções, incluindo a colecção “Rumos do Mundos” na Cosmos e a enciclopédia *Focus* – surgiram como fonte de independência financeira. A tese do bloqueio da modernização – por se terem mantido em Portugal estruturas arcaicas, próprias de uma sociedade de Antigo Regime – foi então desenvolvida. Como pano de fundo da argumentação de Godinho, encontra-se uma ideia clara de modernização económica e social. A atenção prestada aos escravos volta a ser recorrente.

Primeiro, os escravos surgem como uma variante que põe em causa uma sociedade que só juridicamente se concebe como dividida em ordens ou estados. De novo, os escravos surgem, só à primeira vista contraditoriamente, como produto de uma economia dinâmica e em processo de expansão capitalista. São os fornecimentos de escravos para as Índias de

¹⁷ *Idem, ibidem*, 611.

Castela ou para Espanha e as zonas mediterrânicas; é o seu emprego nos arquipélagos atlânticos, no Brasil, mas também no Reino, onde chegam a atingir um décimo da população. Retomando, aliás, o que escrevera em *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*, depois de serem identificados como mercadoria, integrando cálculos em série comparáveis com outras mercadorias, são os modos do seu tratamento – “frequentemente entre o gado e as cousas” – que importam. É também a sua presença maciça em Portugal, nomeadamente em Lisboa, e nas ilhas¹⁸.

No apêndice documental, pelo menos por três vezes, a questão da escravatura é retomada. Antes de mais, em meados do século XVI, a respeito de um homem rico e poderoso de S. Tomé, que representava uma minoria a usufruir de uma economia escravista¹⁹. Depois, a respeito da caracterização da estrutura social do Brasil, feita com base em Ambrósio Fernandes Brandão (1618), em que todas explorações agrícolas, a começar pelos engenhos de açúcar, faziam as “suas lavouras e grangerias com escravos de Guiné, que para esse efeito compram por subido preço”²⁰. Por último, são diversos os testemunhos de estrangeiros, cobrindo uma longuíssima duração que vai do final do século XV a meados do século XIX, que demonstram a presente constante de negros entre a população lisboeta²¹.

Conclusão: comemorações e história

Revisitar a obra de Vitorino Magalhães Godinho em função do lugar nela ocupado pelo tratamento da escravatura tem o duplo propósito de recuperar um lugar da nossa memória colectiva, sobre o qual urge reflectir, e de ir na contramão das lógicas comemorativas que tendem a dominar o espaço público. É que a profissionalização da escrita da história e a monopolização académica da sua investigação têm tido re-

18 V. M. Godinho, *A Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa* (Lisboa: Arcádia, 1971), 64-67. Cálculos sobre o preço dos escravos surgem também em *Idem, Introdução à História Económica* (Lisboa: Livros Horizonte, 1970), 171.

19 *Idem, ibidem*, 173-74.

20 *Idem, ibidem*, 176.

21 *Idem, ibidem*, 204-06.

sultados paradoxais. Um expectável espaço de autonomia e de isenção na produção de conhecimento histórico parece dar lugar, cada vez mais, a uma submissão às lógicas da comemoração e da celebração, concebidas como resposta às solicitações dos discursos do Estado e dos poderes públicos. Nas suas razões mais imediatas, aquilo que pode ser considerado um desvio, em relação às condições de uma certa autonomia e da criação de uma distância crítica, explica-se pela força financeira dos programas públicos, concebidos a pretexto da defesa de uma memória nacional. Tal como se existisse uma relação mecânica entre a arte de conceber a comemoração e a de defender a memória, assim vamos em matéria de grandes programas e de definição de uma ordem prioritária de despesas públicas no que respeita à investigação histórica.

Claro que existem outras razões que explicam a generalização de uma cultura da comemoração e do espectáculo, orientada para a celebração do passado e concretizada na invenção de espaços de memória. O refúgio no passado ou nos seus locais, com a sua sequência de acontecimentos e a sua galeria de heróis, parece corresponder a uma regressão, face aos desafios impostos pelo presente, bem como a uma intenção de encontrar justificações fáceis para escolhas que radicam na actualidade, mas têm a necessidade de mergulhar as suas raízes numa espécie de ancestralidade. Escusado, por isso, atribuir todas as responsabilidades de formação de uma cultura áulica de celebração a programas públicos, impostos do alto. É que existem solicitações determinadas por gostos de consumo massificado, alimentadas por engrenagens de interesses empresariais e associativos, que, em lugar de alimentar o sentido crítico, promovem entendimentos superficiais e generalizados de símbolos, personagens e cenografias cerimoniais.

Este artigo procura responder às políticas de comemoração, inseridas numa cultura que exprime as suas ansiedades através da busca de celebrações mais ou menos espectaculares. Ganhar distância, por recentramento dos lugares da memória, ou recolocar as questões, fugindo a uma natural evidência da ordem das celebrações – apelando, por exemplo, a uma reflexão sobre Magalhães Godinho e a escravatura – , são tarefas que se impõem ao historiador de ofício. Só assim se pode

recusar andar a reboque de agendas que tudo confundem num afã que se encontra expresso, de modo bem patético, nas palavras de uma exposição sobre o Museu das Descobertas, inaugurada a 30 de Maio de 2019, no Museu Nacional de Arte Antiga²².

Referência para citação:

Curto, Diogo Ramada. “Vitorino Magalhães Godinho e a questão da escravatura.” *Práticas da História, Journal on Theory, Historiography and Uses of the Past*, n.º 8 (2019): 258-272.

22 Nas palavras do convite para a exposição de um suposto Museu das Descobertas no MNAA, o que verdadeiramente se descobre é a vacuidade das instituições oficiais, quando pensam que a sua afirmação depende, apenas, da ocupação de um espaço deixado em aberto por agendas oficiais. Sem prescindir dos estribilhos, mais ou menos, lúdicos da intuição, da iniciação e até da provocação, pelo contrário, servindo-se deles com uma intenção matreira destinada a captar públicos alargados, que têm de ser entretidos nos seus tempos de lazer, aqui fica a declaração patética: “A experiência do museu assenta no ato magnético e muito pessoal da contemplação, e esta, por seu turno, origina-se no valor insubstituível do objeto como testemunho intemporal e redentor da capacidade criadora humana. É no êxtase particular e iniciático da contemplação que radica o poder do museu, o poder de suspender o tempo, proporcionando um encontro essencial com o próprio eu. Ao Museu Nacional de Arte Antiga pareceu oportuno levar a cabo a organização do presente projeto, abrigado sob a designação provocadora de Museu das Descobertas, num tempo que assiste a uma renovada atualidade do conceito de museu, amplamente ilustrada na febre constitutiva de novas instituições.”